

A outra história da "Gago Coutinho"

DURANTE VINTE anos, o comportamento da fragata "Almirante Gago Coutinho" na manhã da Revolução tem sido apresentado como um dos acontecimentos hostis e perigosos para o sucesso do Movimento das Forças Armadas. O seu comandante, Seixas Louçã, que se reclama de um passado antifascista, é acusado de ter dado ordem de fogo sobre as forças de Salgueiro Maia, no Terreiro do Paço. Um relatório ordenado pelo Chefe de Estado-Maior da Armada, de 1976 — mantido até hoje no segredo da Marinha — contraria esta versão, sendo francamente favorável a Louçã.

Seixas Louçã, com 71 anos, comandante na reforma, cansado de esperar pela "reposição da verdade", e vergado pela "estranha ironia da sorte" (afirma que, estando em posição de hostilizar a revolução que sempre desejara, não o fez, mas não se livrou da acusação), entregou recentemente um conjunto de documentos ao Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra "para a interpretação correcta da actuação da fragata". O "dossier", a que o PÚBLICO teve acesso, cumpre um propósito: que se faça a história baseada nos factos, até porque, para Seixas Louçã, o silêncio da Marinha apenas serve "a ideia de criar heróis onde eles não existiram".

A verdade, disse ao PÚBLICO o comandante na reforma, é que "os mentores do MFA não sabiam que fragata estava no Tejo, como parte da esquadra da NATO em operações". "Foi uma falha" de Victor Crespo, o membro do Posto de Comando da Pontinha, encarregado da Marinha. "Ficaram assustados, tiveram que fazer muita coisa e depois não gostaram de saber que não havia razão para isso". Entretanto, "foram criados heróis e protagonistas que, de facto, não existiram". "Até porque a Marinha", diz Louçã, "tinha um compromisso muito cómodo: o de não intervenção. Se alguma coisa corresse mal, pouco se sofreria e se tudo ficasse bem, haveria sempre alguns louros".

A mágoa que ninguém lhe tira — "a de não ter sido previamente informado da revolução que derrubou o regime" — é também o principal argumento para toda a sua actuação, sempre baseada no desconhecimento "em absoluto da origem e objectivos do MFA". Apesar de, como lembra o autor do relatório do CEMA, almirante Santos Silva "sob o aspecto político seria o comandante, de entre todos os oficiais, aquele que mais facilmente se poderia identificar com os objectivos do 'Movimento'".

Louçã não sabia de nada e garante que a maioria dos oficiais também não, contrariando a versão apresentada no livro "O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril" (obra elogiada pela Marinha), segundo a qual o imediato teria informado o comandante que "a Armada se havia comprometido com o Exército em manter uma neutralidade activa, pelo que não seriam cumpridas ordens de abrir fogo". O relatório de Santos Silva salienta que nenhum dos oficiais confirmou este facto e dá como não provado que "ao comandante teria sido dado conhecimento de uma eventual posição dos oficiais quanto a ordens de fogo para o Terreiro do Paço".

Segundo o comandante, nunca recebeu ordem do vice-chefe do EMA para bombardear o Terreiro do Paço, mas apenas para preparar para abrir fogo, tendo respondido que "havia navios fundeados no porto e multidões no Terreiro". As averiguações feitas pelo CEMA concluem que "com bastante probabilidade a ordem não teria mesmo existido e aqueles que a julgaram ouvir devem ter feito confusão com a ordem de preparar para fazer fogo".

Por outro lado, garante Seixas Louçã, nunca foram apontadas peças de artilharia para terra, nem nunca o navio esteve em postos de combate (confirmado pelos oficiais no relatório) e jamais deu qualquer ordem de fogo que o imediato teria recusado em cumprir. No relatório do CEMA há mesmo um oficial que sustenta: "Se houve de facto uma ordem para fazer fogo sobre o Terreiro, tal não se concretizou devido à actuação do comandante." O documento desmente que Louçã tenha "tentado em vão fazer cumprir as ordens de fogo" e que tenha sido avisado de que, se fizesse fogo, a fragata seria bombardeada.

PÚBLICO

25-4-84

ALFREDO CUNHA

